

Salário congelado e aposentadoria no mercado?

Na quarta, venha debater a luta contra projetos que tiram direitos

Na quarta-feira, dia 21, Sindicatos de Servidores Públicos promovem Seminário sobre o Funpresp (Fundo de Previdência Complementar do servidor público) e o PLP 549 (congelamento salarial).

O SINTRAJUSC é um dos organizadores e convida os servidores a participar da atividade. Os dois projetos estão na agenda prioritária do governo Dilma. Se forem aprovados, haverá danos para ativos e aposentados. A categoria já está sentindo os efeitos da falta de reajuste salarial. E se o congelamento se arrastar por dez anos? A hora de dizer NÃO é agora, e precisamos organizar essa luta. Para isso, é fundamental conhecer os dois projetos.

A tentativa de congelar os vencimentos dos servidores públicos começou em 2007, quando o governo Lula enviou à Câmara dos Deputados o PLP 01/2007, um Projeto de Lei Complementar assinado pelos ministros Paulo Bernardo e Guido Mantega.

O PLP 01/2007 enfrenta muitas dificuldades na Câ-

mara dos Deputados, onde aguarda deliberação, razão pela qual o governo resolveu apresentar o PLS 611 no Senado, com o mesmo teor, porém invertendo a ordem de apreciação, primeiro no Senado depois na Câmara, tática que está funcionando até agora. A diferença entre os dois projetos é mínima e não muda a realidade do congelamento salarial. Até a exposição de motivos é idêntica.

O PL 611 foi assinado pelos senadores Romero Jucá (PMDB/RR); Ideli Salvatti (PT/SC); Roseana Sarney (PMDB/MA) e Valdir Raupp (PMDB/RO) e foi aprovado por unanimidade no Senado, no apagar das luzes da sessão de 16 de dezembro de 2009. Passou a tramitar na Câmara com o número PLP 549 e já passou por duas comissões. Está agora na última comissão e de lá irá a Plenário.

Dois palestrantes irão falar sobre o projeto de congelamento e também sobre o Funpresp, que igualmente irá atingir o funcionalismo público. Não perca!

Saiba mais

PALESTRANTES:

-Luis Fernando Silva, assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina (Sindprevs/SC) e do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina (Sintrafesc)

-Paulo Roberto Koinski, Coordenador Geral do SINTRAJUSC

Horário: 18h30 às 22 horas - **Local:** auditório da FECESC (Av. Mauro Ramos, 1624, na frente do banco redondo) em Florianópolis

Reunião define rumo da luta em defesa da revisão salarial e contra a retirada de direitos



Diretores da Fenajufe e um representante de cada Sindicato filiado tiveram, na sexta-feira, dia 16, um dia de intensos debates sobre as questões que mais preocupam a categoria no momento. Os dois

principais temas do encontro foram a retomada da luta em defesa da aprovação do PCS e a atuação conjunta com os servidores públicos federais para impedir a continuidade da política do governo federal, que ataca diretamente os direitos dos trabalhadores.

Uma avaliação foi praticamente unânime durante as falas: os servidores do Judiciário Federal e do MPU precisam se organizar conjuntamente com as demais categorias do funcionalismo para avançar em suas reivindicações e barrar a política de reajuste zero do governo Dilma. Para isso, os Sindicatos e a Fenajufe devem acompanhar o calendário nacional e unificado indicado pelo Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais e retomar, com toda a força, as mobilizações em torno dos PLs 6613/09 e 6697/09 (PCS do Judiciário e do MPU) que ainda estão parados no Congresso Nacional.

Depois da Jornada Nacional de Lutas, realizada na semana passada, com participação do SINTRAJUSC, a próxima atividade é a Marcha Nacional dos Servidores Públicos Federais, no dia 28 de março, em Brasília. A expectativa dos organizadores do ato é reunir cerca de 20 mil servidores de várias categorias do funcionalismo federal. O SINTRAJUSC também irá participar da Marcha.

Nesse dia, os servidores vão reafirmar os sete pontos da pauta de reivindicações da Campanha Salarial de 2012, lançada em 15 de fevereiro, e exigir que o Palácio do Planalto se disponha a ne-

gociar com as entidades uma política salarial permanente, com recomposição inflacionária, valorização do salário base, incorporação das gratificações e correção das distorções.

A proposta da Campanha reivindica a concessão de 22,08% de reajuste emergencial, que corresponde à variação da inflação, com base no índice do INPC/IBGE, entre maio de 2010 e fevereiro de 2012, somado ao percentual do Produto Interno Bruto de 2010 e 2011. Além dos eixos econômicos, o funcionalismo também quer derrubar os projetos que são contrários aos interesses dos servidores, em especial o PLC 02/2012 (previdência complementar), que tramita no Senado Federal; e o PLP 549/09 (congelamento salarial).

SERVIDORES DARÃO ADEUS À PELUSO

A reunião também avaliou que é preciso retomar o calendário nacional voltado para a aprovação do PCS do Judiciário Federal e do MPU. Por isso a categoria deve começar, desde já, a se preparar para uma luta mais intensa que deverá ser deflagrada nos próximos meses.

A primeira atividade é o ato nacional no dia 19 de abril, em Brasília, por ocasião da saída de Cezar Peluso da presidência do STF e quando o ministro Ayres Brito tomará posse à frente do cargo. No ato, denominado de "Adeus a Peluso", a categoria vai demonstrar a insatisfação com a forma com que o ministro conduziu os debates em relação ao PCS, com a sua inércia em não negociar com o governo e também com o fato de não garantir a autonomia do Poder Judiciário diante da postura do Executivo de não fechar um acordo para aprovar o plano.

No ato a Fenajufe e as entidades devem pautar também questões como democratização do Judiciário, valorização dos servidores, revisão salarial, redução da jornada de trabalho, direito de greve, respeito à data-base, combate à terceirização e fim da corrupção. *Com informações da Fenajufe*

SERVIDORES DO TRT: NO DIA 20 DE MARÇO, TERÇA-FEIRA, ÀS 17 HORAS, TEM ASSEMBLEIA NO AUDITÓRIO DO TRT. O PONTO DE PAUTA É A DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A AÇÃO DA GRATIFICAÇÃO JUDICIÁRIA.